Ano V nº 56 – SETEMBRO 2010

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ENTREVISTA

Fernanda Giannasi

Não se pode mais adiar a decisão de proibir o uso do amianto no Brasil

PÁGINA 15

Seminário Internacional pede banimento do amianto no Brasil

Foto: Luiz Akai

Diversas autoridades estiveram reunidas nos dias 30 e 31 de agosto, em Brasília, para discutir a questão da utilização do amianto no país, em seminário promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Os participantes acreditam que a proibição do uso do mineral deve ser imediata.

PÁGINAS 6 a 9

Ato público diz não a modificações em projeto de lei do novo Código Florestal

Entidades representativas do Ministério Público e da Magistratura realizaram ato público contrário às alterações no projeto de lei 1876/99, conhecido como novo Código Florestal.

PÁGINA 13

Foto: Ana Fabre/Conamp

ASSÉDIO MORAL

Entidade divulga Nota Pública em defesa da atuação do MPT

Página 13

SAÚDE NO TRABALHO

ANPT apóia congresso em Natal

Página 14

Caro Associado,

O apoio da ANPT à realização do Seminário Internacional "Amianto e seus males: uma abordagem sócio-jurídica" mostrou-se uma decisão acertada. O seminário reforçou a luta pelo banimento do amianto no Brasil, posição firmada pela entidade quando ajuizou, em conjunto com a Anamatra, a ADI nº 4066 no Supremo Tribunal Federal contra a legislação que permite o "uso seguro e controlado" do amianto no país. Muito mais do que uma obrigação estatutária, iniciativas como essa são a materialização do compromisso ético da categoria com a efetivação dos direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Outro exemplo dessa forma de atuação foi a nossa adesão ao ato público contra as mudanças no código florestal. A proposta de modificar a lei florestal com a justificativa de adequá-la às realidades locais, se progredir, permitirá uma "guerra ambiental", nos moldes da guerra fiscal, em que Estados e Municípios compactuariam com a destruição do meio ambiente para atrair empresas. A legislação local só pode ser diferente da nacional se for para aumentar a proteção do meio ambiente, como o exemplo do próprio amianto. Esta questão também demonstra a complexidade da nossa luta, que extravasa os aspectos estritamente trabalhistas.

Ainda neste sentido, é plenamente justificável a nossa participação em eventos como o Congresso Estadual sobre Saúde e Segurança no Trabalho, realizado em Natal, e o "1º Encontro Institucional MPU/MPRJ: em busca da Unidade". Diante da complexidade dos temas enfrentados, somente com a atuação harmônica entre os diversos ramos do Ministério Público o nosso trabalho será eficaz. Mas esta atuação não pode se restringir aos ramos do MP, se faz necessário alcançar também os Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo. Não é por outra razão que a ANPT prestigiou as posses do ministro do TST José Roberto Freire Pimenta e do Secretário de Reforma do Judiciário Marivaldo de Castro Pereira

A ANPT dedica muita atenção à defesa da imagem do Ministério Público do Trabalho e em esclarecer à sociedade como se dá nossa atuação institucional. Recentemente o MPT foi alvo de campanha contra a sua atuação no combate ao assédio moral. Mais do que oferecer uma resposta ao signatário da campanha, a nota pública divulgada pela ANPT esclareceu a sociedade e reafirmou o compromisso dos membros da Instituição com a luta contra o assédio moral e outras formas de violência no trabalho.

Por fim, apoiamos a realização do curso promovido pela Escola Nacional da Magistratura "Trabalho Escravo – aspectos penal e trabalhista", onde viabilizamos a ida de três associados para proferir palestras. No mesmo sentido, participamos do Fórum Internacional sobre Direitos Sociais promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho. O presidente da ANPT mediou painel sobre trabalho forçado e o trabalho infantil.

Como se vê, a Associação não para de trabalhar. Mas é um trabalho com resultados práticos, o que nos estimula a fazer cada vez mais e melhor. Isto só é possível, é claro, com a valiosa participação de cada um dos nossos associados. Boa leitura!

Diretoria ANPT

CURTAS

Ascom/ANPT

Titular da Conafret visita ANPT

O presidente da ANPT, Sebastião Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, receberam no dia 03 de agosto, na sede da entidade, o procurador regional do Trabalho José de Lima Ramos Pereira. O procurador, que é o novo coordenador da Conafret do Ministério Público do Trabalho, fez uma visita de cortesia à diretoria da entidade e aproveitou para conversar sobre as possibilidades de trabalho conjunto no Congresso Nacional, principalmente no acompanhamento de projetos de Lei ligados ao combate às fraudes trabalhistas.

22º ENPT

22º ENPT
ENCONTRO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO
PRAIA DO FORTE - BA

Entre os dias 21 e 24 de outubro, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) promoverá o 22º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT). O evento será realizado no Tivoli Ecoresort Praia do Forte, na Bahia, e contará com várias atividades que permitirão o entrosamento entre os participantes, como os torneios de tênis e de futebol. O tema da festa de encerramento deste ano será Bahia/África, numa referência à sede do Encontro e suas raízes, bem como à última Copa do Mundo.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Catarina Von Zuben
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

INFORMATIVO ANPT: Edição: Gustavo Rocha, Redação: Layrce de Lima e Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.300 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Curso discute aspectos penais e trabalhistas da questão do trabalho escravo no país

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), promoveu entre os dias 25 e 27 de agosto a realização dos curso "Trabalho Escravo – aspectos penal e trabalhista", organizado pela Escola Nacional da Magistratura (ENM). O presidente da entidade, Sebastião Vieira Caixeta, compôs a mesa de abertura acompanhado do diretor-presidente da ENM, Eládio Lecey, do Secretário de Direitos Humanos, ministro Paulo Vannuchi, e dos presidentes de todas as associações promotoras do curso.

Associação foi uma das entidades promotoras do curso

Foto: Ascom/ANPT

Em seu discurso, o presidente da ANPT lembrou o empenho dos participantes pela aprovação da PEC 438/2001 e destacou a importância do curso para a criação de maior percepção dos mecanismos de combate ao trabalho escravo entre os operadores do Direito. Caixeta destacou ainda a parceria com a Conaete e com o Ministério Público do Trabalho que permitiu a participação de 27 procuradores do Trabalho no evento.

Como presidente da Conatrae, o ministro Paulo Vanuchi incentivou os representantes das associações a continuarem lutando pela igualdade plena do país e para que a igualdade de direitos entre as pessoas seja um compromisso de todo o Brasil. Participaram do evento 120 profissionais, entre procuradores do Trabalho, juízes do trabalho, juízes federais, auditores fiscais, procuradores da República, advogados da União, policiais federais e policiais rodoviários federais.

Além da ANPT, o curso sobre trabalho escravo foi promovido também pela Anamatra, pela ANPR, pelo Sinait, pela Ajufe e pela AMB.

Fórum dos Direitos Sociais tem painel sobre trabalho forçado e exploração da criança

Presidente da ANPT mediou debate sobre trabalho forçado

Foto: Ascom/ANPT

O Trabalho forçado e o trabalho infantil foram discutidos no painel mediado pelo presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, no dia 13 de agosto, durante o "Fórum Internacional sobre Direitos Sociais – Trabalho Decente e Desenvolvimento Sustentável". O evento reuniu 1,8 mil juízes, procuradores, advogados e outros operadores do Direito além de estudantes, no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A ANPT foi uma das entidades apoiadoras do evento.

O painel mediado por Caixeta contou com a participação do juiz Abdul Koroma, de Serra Leoa, membro da Comissão de Peritos da OIT e da Corte Internacional de Justiça, da Especialista em Normas Internacionais da OIT, Carmen Sottas, da Colômbia, e do presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves. O presidente aproveitou a oportunidade para defender a aprovação da PEC 438 e a implantação do 2º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Na cerimônia de abertura do Fórum, realizada no dia anterior, o presidente da ANPT esteve presente também, juntamente com o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes e com o vice-procurador-geral, Jeferson Pereira Coelho. A diretora do escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, e a diretora do Departamento de Normas da OIT, Cleopatra Doumbia-Henry, também participaram da solenidade. Ao todo, pelo menos cinquenta representantes do Ministério Público do Trabalho participaram do Fórum Internacional sobre Direitos Sociais.

Comemore a beleza da primavera
com Electrolux na sua casa

Coifa de vidro 90CV
Coifa de parede, 90 cm de largura, acabamento em vidro, dupla função e alto poder de sucção.

De ~~R$ 1.249,00~~
por apenas:

R$ 1.041,00

10X de R$ 104,10
sem juros + frete*

Cooktop GC75G
Fogão de mesa de embutir, a gás, 5 queimadores, acendimento superautomático, queimador Tri Chama.

De ~~R$ 799,00~~
por apenas:

R$ 612,01

10X de R$ 61,20
sem juros + frete*

Lava & Seca LSE11
Lavadora e Secadora em um só produto, nível automático de água, secagem por condensação, tecnologia Nano Silver.

De ~~R$ 3.499,00~~
por apenas:

R$ 2.386,80

10X de R$ 238,68
sem juros + frete*

Refrigerador Infinity DF180
542 litros, duas portas, Frost Free, água na porta, Ice Maker, filtro de água.

De ~~R$ 4.099,00~~
por apenas:

R$ 2.996,61

10X de R$ 299,66
sem juros + frete*

Fogão Celebrate 76ETB
Embutir, 5 bocas, tripla-chama, grill, timer, acendimento superautomático.

De ~~R$ 1.899,00~~
por apenas:

R$ 1.389,32

10X de R$ 138,93
sem juros + frete*

Lavadora de louças LE12B
Branca, 12 serviços, 6 programas de lavagem, função meia carga, cestos flexíveis.

De ~~R$ 2.499,00~~
por apenas:

R$ 1.739,89

10X de R$ 173,99
sem juros + frete*

Ganhe + 5% de desconto
Pagando à vista no boleto ou depósito bancário

VISA · MasterCard · Diners Club International · American Express · Hipercard

Para consultar estes e outros modelos Electrolux ligue:
0800 7029 222

Horário de atendimento:
Segunda a sexta: das 8h às 20h30 e aos sábados das 8h às 18h ou acesse nosso site:
www.electrolux.com.br/associados
LOGIN: **ANPT** e SENHA: **MATRÍCULA DE ASSOCIADO**

*Valores de frete de acordo com a localidade de entrega, verifique em nosso teleatendimento ou via site. A Electrolux oferece promoções o ano todo para seus associados, confira no site. As promoções deste anúncio são válidas até 31/10/2010 ou enquanto durarem os estoques. As condições e os preços descritos são válidos para pagamento via cartão de crédito.

Pensando em você
Electrolux

Projetos de interesse de membros do MP são discutidos com parlamentares

Foto: Ascom/ANPT

Grupo visitou parlamentares logo após a retomada dos trabalhos no segundo semestre

Os representantes de entidades do Ministério Público (MP) fizeram uma série de visitas a gabinetes de parlamentares no dia 04 de agosto, para discutir a tramitação de projetos de lei de interesse do MP e a necessidade de aproximação entre a instituição e o Parlamento. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram das reuniões.

Foram visitados os deputados federais Vicente Arruda (PR-CE), Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) e Geraldo Pudim (PR-RJ). Os três parlamentares se mostraram dispostos a apoiar as matérias de interesse de promotores e procuradores e também expressaram interesse na aproximação entre as entidades e o Parlamento.

Os presidentes da CONAMP, César Mattar Jr., da ANMPM, Marcelo Weitzel, da AMPDFT, Carlos Alberto Cantarutti, da Amperj, Marfan Martins Vieira e os representantes do CNPG Jarbas Soares e Leonardo Araújo Marques fizeram parte do grupo.

A retomada dos trabalhos do grupo representativo do MP no segundo semestre de 2010 aconteceu no dia 03 de agosto, em reunião na sede da ANPT. Na ocasião, foram discutidos assuntos como os projetos de Reforma do Código Civil e de férias forenses, em fase de debates no Congresso Nacional.

Encontro institucional no Rio de Janeiro busca unidade no Ministério Público

Foto: Maurício Bazílio/Ascom PGT

Encontro buscou a integração entre os ramos do MP

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade no dia 27 de agosto, no "1º Encontro Institucional MPU/MPRJ: Em Busca da Unidade", promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público da União. Sob a coordenação do procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, e do procurador-geral de Justiça do RJ, Cláudio Lopes, o evento reuniu os 26 procuradores-gerais dos MPs Estaduais e os chefes do Ministério Público do Distrito Federal, do Trabalho, Militar e Federal. O objetivo é a integração entre os diversos ramos do MP no Brasil, para que se alcance o consenso em temas comuns a essas instituições.

Quinhentos procuradores e promotores de Justiça se inscreveram para o evento, que também contou com a presença de dez integrantes do CNMP e do CNJ, além de autoridades do Estado do Rio. Os representantes do CNMP apresentaram um painel sobre o relacionamento entre os diversos ramos do MP e o próprio Conselho. No período da tarde, foram colocados em análise os 49 enunciados com temas eleitorais, institucionais, criminais e de tutela coletiva, preparados pela comissão organizadora. Eles tratam, na maioria dos casos, de sobreposição de competências que devem ser clarificadas.

Os jornalistas Boris Casoy, Carlos Chagas, Merval Pereira e Helter Duarte foram convidados para o segundo painel do dia, com o tema "O Ministério Público e as expectativas da sociedade: erros e acertos na atuação institucional".

Abertura de seminário discute os aspectos sociais e jurídicos da contaminação por amianto

Foto: Luiz Akai

Seminário reuniu autoridades de diversos setores para discutir o amianto

A necessidade da proibição do uso do amianto no mundo foi o principal foco do seminário internacional "Amianto e seus males: uma abordagem sócio-jurídica". Promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), com apoio de seis entidades jurídicas e de assistência às vítimas do amianto no Brasil e no mundo, o evento reuniu autoridades brasileiras e representantes internacionais.

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, lembrou que o compromisso da Associação com o banimento do uso do amianto é antigo e foi provocado pelos próprios associados, que notaram o adoecimento de trabalhadores. Além de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), assinada em conjunto pela ANPT e pela Anamatra, as duas entidades também lutam pela aprovação de um relatório técnico favorável ao banimento do mineral na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. "Há um lobby contrário, mas nós temos que tentar sensibilizar os parlamentares com esses argumentos técnicos para que eles aprovem esse relatório e, em seguida, o projeto que prevê o banimento do amianto no Brasil", afirmou.

O procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, compôs a mesa de abertura do seminário e lembrou que o trabalho deve estar ligado ao sustento e à vida e não à doença e à miséria. Já a diretora de eventos da Anamatra, Carla Leal, disse que a entidade está historicamente comprometida com a garantia da saúde e do trabalho decente, o que inclui a luta pelo banimento do amianto. A auditora-fiscal do Trabalho Fernanda Giannasi destacou o importante trabalho desenvolvido pela Abrea no esclarecimento da sociedade brasileira a respeito das implicações da exploração e uso do produto no país.

O primeiro convidado a falar no seminário foi o especialista Barry Castleman, autor do livro "Asbestos: Medical and Legal Aspects". Ele lembrou que a asbestose já era conhecida na Inglaterra desde 1930 e que já se sabia que a doença era fatal. De acordo com Castleman, nenhum país que esteja fazendo mineração ativa do amianto consegue bani-lo.

O sindicalista italiano Nicola Pondrano, do patronato INCA/CGIL, lembrou o caso de Casale Monferrato, onde houve 365 denúncias contra a fábrica da Eternit, que hoje enfrenta o maior processo da história da Europa, movido pelas vítimas do amianto. De acordo com Pondrano, a batalha que se iniciou em uma fábrica acabou se estendendo para todo o país e conscientizou médicos e advogados do trabalho. "Formou-se lentamente uma nova consciência dos trabalhadores e da sociedade", disse.

A representante da França no seminário foi a especialista Annie Thébaud-Mony, do Institut Nacional de la Santé e de la Recherche Médicale. Ela destacou que o papel da Justiça e dos movimentos sociais no caso do amianto é quebrar a impunidade dos responsáveis. Thébaud-Mony mostrou o sistema francês de compensação das vítimas que, além de uma legislação que determinou a aposentadoria de todos os expostos ao amianto em 1988, concede-lhes exames médicos gratuitos.

Foto: Luiz Akai

Participantes interagiram com os painelistas

Ministro do TST fala sobre a OIT e o Direito Internacional do Trabalho diante da questão do amianto

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e membro da Comissão de Peritos da OIT Lélio Bentes esclareceu os principais pontos de discussão sobre o amianto, na conferência "A OIT e o Direito internacional do trabalho diante da questão do amianto". O ministro informou que o tema requer bastante cautela ao ser abordado, pois ainda existem divergências sobre a sua utilização. O diretor financeiro da ANPT, Maurício Correia de Mello, foi o presidente da mesa.

Lélio Bentes abordou a Convenção 62 da OIT, ainda não ratificada pelo Brasil, que procura garantir uma política de saúde que proteja efetivamente o trabalhador e que contemple os passos a serem alcançados para melhorá-la. A Convenção ressalta que as leis e regulamentos nacionais devem ser elaborados e periodicamente revistos à luz do processo técnico. "Hoje em dia o debate que se coloca em termos simplificados reside na disputa sobre a possibilidade ou não do manuseio seguro ou controlado do amianto", apontou.

Para Bentes, esse impasse não se resolverá por meio de uma simples interpretação legal da Convenção, pois é necessário o acúmulo do conhecimento cientifico, para colher informações

Foto: Luiz Akai

"A questão do amianto não se resolve com uma simples interpretação legal da Convenção"

acerca das consequências do trabalho com o amianto. O ministro destacou ainda a necessidade de mais estudos sobre o mineral e informou que a partir de mobilizações como as que têm acontecido no Brasil, será possível se conduzir a um estado de maior clareza sobre o assunto. "A saúde e a vida de todos os cidadãos são valores maiores que devem ser claros acima de qualquer interesse político e econômico", completou.

Italianos abordam as etapas da luta jurídica em favor das vítimas do amianto na Itália

O maior processo judicial do continente europeu sobre o amianto, movido pelas vítimas do amianto da cidade de Casale Monferrato, na Itália, foi o tema do painel "O Processo de Turim e seus pressupostos jurídicos: etapas da luta jurídica em favor das vítimas do amianto na Itália". O debate reuniu o advogado das vítimas do processo em Turim, Sergio Bonetto, e o representante da Associação dos Familiares e Vítimas do Amianto em Casale Monferrato, Bruno Pesce. A mesa foi presidida pela diretora da Anamatra, Carla Leal.

Sergio Bonetto falou das particularidades jurídicas do processo, e relatou o esforço da procuradoria da República na Itália, que culminou no processo movido contra a Eternit. Nesse ponto, o advogado ressaltou a reconstrução de centenas de milhares de páginas de documentos do processo, pesquisas sobre o grupo Eternit, além de interrogatórios levados a cabo entre as pessoas envolvidas. "Chegou-se à conclusão que aquela empresa, mesmo conhecendo perfeitamente o risco ao qual expunha os trabalhadores, familiares e moradores das áreas próximas à exploração do amianto, continuava trabalhando com o mineral", informou.

Foto: Luiz Akai

As etapas jurídicas do processo foram abordadas pelo advogado

Segundo o advogado, o desastre do amianto, mais especificamente da Eternit, deve ser interpretado como sendo de nível mundial. Bonetto lembrou ainda que o conceito de desastre deveria ser afirmado positivamente como uma norma internacional a ser perpetuada pois não se pode pensar em reproduzir outros casos com populações não preparadas e nenhuma norma internacional que permita ajudar na defesa das vítimas.

Em sua intervenção, Bruno Pesce informou que a Eternit provocou um desastre dentro e fora das fábricas. Entre os cerca de 1.200 casos de morte por exposição ao amianto na Itália, muitos ocorrem na população em geral, e não diretamente nos trabalhadores que lidam com o mineral. Pesce também defendeu um papel ativo dos órgãos internacionais no que tange ao banimento do amianto no mundo. "É preciso afirmar a certeza de empreendermos ações legais e simplificar as normas de investigação, mecanismos processuais de ressarcimento, entre outros. Acreditamos que o processo contra a cúpula da Eternit possa representar um empurrão que venha a mostrar ao mundo os enormes absurdos do lucro fácil advindo da exploração do mineral e sempre com graves consequências à vida dos trabalhadores", disse.

Seminário é encerrado em Brasília com carta que pede banimento do mineral

Foto: Luiz Akai

"Sabemos que a doença muitas vezes acontece décadas depois"

A conferência de encerramento do Seminário Internacional Amianto e seus males foi realizada pelo juiz *ad hoc* da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto de Figueiredo Caldas. Ele lembrou que é preciso alertar a sociedade para os males do amianto e angariar apoio para o julgamento favorável da Ação Direta de Inconstitucionalidade que pede o banimento do uso da fibra do amianto em todo o território nacional. O deputado estadual Marcos Martins (PT/SP) foi o presidente da mesa.

De acordo com Caldas, a lentidão do julgamento dos processos judiciais e a prescrição do direito de ação são os principais problemas enfrentados pelas vítimas do amianto. "Sabemos que a doença muitas vezes acontece décadas depois", afirmou. O juiz também lamentou a falta de engajamento da imprensa na divulgação de assuntos ligados à contaminação por amianto e aos processos judiciais gerados em decorrência da doença.

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, encerrou o evento lendo a Carta de Brasília, que leva a assinatura também do presidente da Anamatra, Luciano de Athayde Chaves, e dos dirigentes de todas as entidades que apoiaram o evento: Abrea, Abrat, Jutra, Alal, Ibas e Ibap.

CARTA DE BRASÍLIA

As entidades promotoras e apoiadoras do Seminário Internacional "Amianto e seus males: uma abordagem sócio-jurídica", realizado em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto de 2010, nomeadamente a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA), a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT), a Associação Luso-Brasileira dos Juristas do Trabalho (JUTRA), la Asociación Latinoamericana de Abogados Laboralistas (ALAL), the International Ban Asbestos Secretariat (IBAS) e o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), e as demais entidades convidadas e presentes ao evento, a saber Central Única dos Trabalhadores (CUT), CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil), Central Sindical e Popular – CONLUTAS, Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo e Sindicato dos Petroleiros de Alagoas/ Sergipe aprovam a CARTA DE BRASÍLIA, com os seguintes propósitos:

1. Exortar o Congresso Nacional a decretar o definitivo e total banimento da mineração, industrialização, transporte, comercialização, importação, exportação e utilização das fibras de amianto e produtos, que as contenham, em todo o território nacional brasileiro, levando em conta os injustificáveis adoecimentos e mortes já perpetrados e os incontornáveis riscos que o amianto implica à saúde humana e ao meio ambiente, seja qual for a sua modalidade ou nível de exposição, com a adoção das necessárias políticas públicas para adaptação da mão de obra para outras atividades.

2. Confiar que a Corte Suprema brasileira declarará a incontitucionalidade da Lei Federal n. 9055/1995, que ainda admite o falacioso uso controlado do amianto no país, julgando procedente a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) n. 4066, proposta conjuntamente pela ANPT e ANAMATRA.

Participantes do seminário que discutiu amianto visitam STF e Senado Federal

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado de participantes do Seminário Internacional Amianto e seus males, esteve em audiência com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto. O ministro é relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4066, de autoria da ANPT e da Anamatra, que pede a revogação do artigo 2º da Lei Federal 9.055/95.

Para as entidades, o referido dispositivo viola a Constituição Federal ao permitir a exploração comercial e industrial do amianto branco (crisotila), cuja lesividade à saúde humana, mesmo em parâmetros controlados, é notoriamente constatada por estudos científicos. Caixeta falou ao ministro sobre a importância da matéria para os procuradores do Trabalho e relatou o profícuo debate levado a cabo durante o seminário que discutiu o amianto. O vice-presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, lembrou que essa é uma pauta não corporativa, que se relaciona com a atuação da Anamatra e da ANPT.

Durante a audiência, Ayres Britto recebeu das entidades cópia da Carta de Brasília, aprovada no encerramento do Seminário. O documento afirma a confiança em uma boa solução da ADI das entidades, bem como exorta o Congresso Nacional a decretar o definitivo e total banimento do amianto.

Estiveram presentes na audiência também, o jornalista italiano Giampiero Rossi, autor do livro "A lã da Salamandra", e Nicola Pondrano, um dos protagonistas da história. Eles entregaram exemplar da publicação ao ministro Ayres Britto.

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Senador José Nery parabenizou a ANPT pelo seminário sobre amianto

Ainda na terça-feira, um grupo de participantes do Seminário, acompanhado do vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, visitou o Senado Federal e entregou uma cópia do livro para alguns senadores, entre eles José Nery (PSOL-PA), Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Serys Slhessarenko (PT-MT) e ao presidente José Sarney. Nery, por sua vez, registrou a presença da comitiva e ressaltou em plenário a importância do evento realizado pela ANPT, bem como a atuação da entidade no combate aos males causados pelo amianto a toda uma gama de trabalhadores.

Livro sobre a exploração do amianto é lançado durante seminário internacional

Foi lançado durante o Seminário Internacional Amianto e seus males: uma abordagem sócio-jurídica, promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) em parceria com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a versão em português do livro "A Lã da Salamandra – A verdadeira história da catástrofe do amianto em Casale Monferrato". A ANPT foi a responsável pela tradução e pelo prefácio em português da obra.

De autoria do jornalista italiano Giampiero Rossi, A Lã da Salamandra apresenta a história verídica de Romana Blasotti Pavesi, que é considerada um símbolo da luta contra a fibra cancerígena na Itália. Romana perdeu marido, irmã, filha e parentes para o amianto. O livro resgata a saga de trabalhadores, moradores de uma cidade italiana chamada Casale Monferrato, onde a população transformou a sua tragédia pessoal em uma luta coletiva.

Segundo o vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o livro é de grande valia na luta contra os malefícios causados pelo amianto, porque relata histórias reais de tragédias provocadas pela exposição ao mineral. "A obra demonstra de maneira inquestionável os efeitos concretos de todos os argumentos científicos e das teses acadêmicas e jurídicas que já conhecemos há tanto tempo, mas que, lamentavelmente, não têm sido suficientes para levar ao efetivo banimento do amianto, realidade que esperamos venha a ser modificada em breve", afirmou Azevedo Lima, ao apresentar o livro aos participantes do seminário.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200.
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO Endereço: SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF Pessoa de contato: Robson Bezerra Bittencourt Telefone: 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Telefone: 61 3225-0870	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3262-5751 ou 3262-5750 Agencia TST
COOMARCA Endereço: Av. Hercílio Luz, nº 636, salas 1007/1108. Florianópolis – SC Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino Telefone: 48 3222-9577 | Fax: 48 3222-4742	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha para os associados domiciliados em Santa Catarina.	O associado deverá entrar em contato pelos telefones: 48 3222-9577 e 3222-4742
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
BANCO SUDAMERIS	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3245-6711
UNIBANCO	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3225-6002
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU E FORD) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.

ANPT prestigia posse do novo ministro do TST

Tomou posse no dia 3 de setembro o novo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Roberto Freire Pimenta. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro, Mauricio Correia de Mello, prestigiaram a solenidade.

A posse foi conduzida pelo ministro presidente do TST, Milton de Moura França, que deu as boas-vindas ao novo ministro e destacou que a inteligência e o trabalho do magistrado irão contribuir para elevar ainda mais a qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

Foto: Aldo Dias/Ascom-TST

Novo ministro do TST recebeu os cumprimentos da diretoria da Associação

Além da diretoria da ANPT, autoridades dos três poderes da República também participaram da solenidade, entre elas o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, o presidente do Superior Tribunal Militar, Carlos Alberto Marques Soares, o ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio Noronha, o ministro Walton Alencar Rodrigues, representando o presidente do Tribunal de Contas da União Ubiratan Aguiar, o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, o núncio apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Distrito Federal, Francisco Caputo Neto, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional de Minas Gerais, Lúcio Leonardo Almeida. No dia 18 de agosto, Freire Pimenta visitou a sede da ANPT, ocasião em que entregou em mãos à Diretoria da entidade o convite para sua posse.

Com informações do TST

Empossado em Brasília novo secretário de reforma do Judiciário

Foto: Ascom/ANPT

Marivaldo de Castro Pereira é o novo secretário de reforma do Judiciário

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado do vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do diretor financeiro, Mauricio Correia de Mello, participou, no dia 02 de setembro, da solenidade de posse do novo secretário de reforma do Judiciário, Marivaldo de Castro Pereira, realizada no Ministério da Justiça.

Em seu discurso de posse, o novo secretário fez um breve balanço sobre as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria desde a sua criação, como a realização do Prêmio Innovare. Castro Pereira ressaltou também que pretende fortalecer os mecanismos extrajudiciais, o que deve desafogar o sistema judicial brasileiro. "Quero acrescentar mais um importante capítulo na história da Secretaria", disse.

O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, explicou como foi o processo até a escolha do nome da Secretaria, assim como a importância da sua atuação no país. Informou também que a Reforma do Judiciário é necessária e que se trata de uma conquista para a sociedade brasileira. "O desafio é complexo. Já fizemos muita coisa, mas ainda temos muito trabalho pela frente", completou.

Além da diretoria da ANPT, estiveram presentes na solenidade de posse também os presidentes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy. O desembargador do TRT-10 e diretor da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Ribamar Oliveira Lima Junior, também compareceu à cerimônia.

Integrantes da Frente Associativa do MP e da magistratura discutem temas de interesse de seus associados

Integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura reuniram-se no dia 5 de agosto, na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram da reunião que discutiu temas de interesse às duas categorias, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 505/2010, que exclui a possibilidade da aposentadoria de membros do Ministério Público (MP) e da magistratura como medida disciplinar e permite a perda do cargo sem decisão judicial. A proposta, aprovada pelo Senado Federal no dia 7 de julho, tramita agora na Câmara dos Deputados.

Foram discutidos também assuntos como o estabelecimento de uma política remuneratória para as duas carreiras e a atuação da Frente pela aprovação das PECs que tratam do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Foto: Ascom/ANPR

A PEC 505/2010 foi uma dos temas de destaque da reunião

No dia 02 de setembro, os integrantes da frente reuniram-se novamente, desta vez na Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Na pauta, assuntos como os projetos de Lei (PLs) 7749/2010 e 7753/2010, que tratam da revisão dos subsídios de seus integrantes.

Entidades atuam na defesa do trabalhador no combate às fraudes trabalhistas

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em parceria com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), enviou ofício ao deputado Jovair Arantes (PTB-GO), solicitando a supressão do artigo 6º do projeto de Lei (PL) 3.711/2008, do qual o deputado é relator. O PL regulamenta o exercício da atividade das cooperativas profissionais de saúde de nível superior.

Segundo as entidades, caso o projeto fosse aprovado com a redação original traria prejuízos significativos para os trabalhadores. O artigo 6º condiciona a aplicação de penalidades decorrentes do reconhecimento do vínculo de emprego pelos auditores fiscais do Trabalho à prévia decisão irrecorrível da justiça do Trabalho reconhecendo o vínculo empregatício. Com isso, os auditores ficais ficariam impossibilitados de reconhecer o vínculo de emprego, mesmo tendo sido verificada *in loco* a existência da subordinação do empregado.

Outra medida adotada pelas entidades foi a divulgação de Nota Pública a respeito do assunto alertando a sociedade, especialmente os trabalhadores, sobre a gravidade do tema.

Deputado recebe visita de representantes de entidades para discutir PL dos subsídios

Foto: Ascom/ANPR

O grupo conseguiu apoio do deputado quanto a aprovação do projeto

O deputado Luciano Castro (PR-RR), relator do projeto de Lei. 7.753/2010, que trata da fixação do subsídio do procurador-geral da República, recebeu a visita de integrantes da frente associativa no dia 18 de agosto. O grupo discutiu a aprovação do PL na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro, Maurício Correia de Mello, estiveram presentes na reunião.

O relator, que se mostrou solícito aos pleitos das entidades, informou que seu voto seria apresentado logo no início das atividades legislativas, após o primeiro turno das eleições. Ainda no mesmo dia, o grupo também se reuniu com o deputado Roberto Santiago (PV-SP), relator do PL 7.749/2010, que trata da política remuneratória dos membros da Magistratura.

Entidades do MP realizam ato contra mudanças no Código Florestal

Foi realizado no dia 18 de agosto um ato público contrário às alterações no Projeto de Lei n.° 1876 de 1999, conhecido como Novo Código Florestal, em tramitação na Câmara dos Deputados. As entidades representativas do Ministério Público e Organizações Não Governamentais (ONG's) foram as responsáveis pelo evento. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representaram a Associação na ocasião.

O grupo entregou moção e nota técnica contra a aprovação do projeto ao vice-presidente da Câmara

Foto: Ana Fabre/Conamp

O ato público foi encerrado com a entrega de moção contra a aprovação do PL 1876/99 e nota técnica ao vice-presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), que recebeu os representantes no gabinete da presidência da Casa. O deputado lembrou que o tema ainda não foi discutido com os líderes e sugeriu que as entidades procurassem os parlamentares para entregar os documentos. "Eu proponho que se faça chegar (nota e moção) a todos os parlamentares e também seja marcada uma conversa com o relator do projeto", observou.

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 6 de julho, o substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao projeto de Lei 1876/99, que revoga o Código Florestal (Lei 4771/65) e a Lei de Proteção das Florestas Existentes em Nascentes dos Rios (7754/89). O texto prevê, entre outras alterações, a possibilidade de a compensação da área desmatada ser feita em outro Estado e permite que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os conselhos estaduais reduzam em 50% as faixas mínimas nos rios de domínio da União e dos estados.

O ato público, coordenado pela Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), contou com a presença dos presidentes da CONAMP, César Mattar Jr., da ANMPM, Marcelo Weitzel, da ASMMP, Humberto Lapa Ferri, da Ampro, Marcelo Oliveira, e da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, do 2º vice-presidente da CONAMP, Lauro Nogueira, do ex-presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), José Maria da Silva Júnior, dos deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Morrone (PT-RS) e Fábio Ramalho (PV-RS), além dos representantes das ONG's Greenpeace, SOS Mata Atlântica e Instituto O Direito por Um Planeta Verde.

ANPT enfatiza que assédio moral constitui desrespeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANT) divulgou, no dia 23 de agosto, Nota Pública em razão das publicações em veículos de imprensa de artigo que questiona a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) no combate ao assédio moral praticado por patrões contra seus empregados. O artigo foi redigido por Édison Freitas de Siqueira, que extraiu frases do contexto a que elas pertenciam numa cartilha educativa e as utilizou para contestar o direito constitucionalmente assegurado aos trabalhadores de denunciarem quando estiverem sendo vítimas de assédio moral.

A nota, além de resgatar o conceito de dignidade perante a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esclarece o significado de assédio moral. Ressalta ainda que o MPT é um dos instrumentos que a sociedade brasileira criou para defender a dignidade no ambiente de trabalho e, em especial, os direitos sociais dos trabalhadores.

Os membros do MPT têm se esforçado para cumprir esta obrigação constitucional, inclusive propondo inúmeras ações civis públicas para concretizar o direito de todo trabalhador de ser tratado dignamente e reconhecido como pessoa. "Apesar dos recursos extremamente escassos, têm sido viabilizadas campanhas de conscientização, que se somam ao esforço pessoal dos membros do MP, frequentemente convidados para proferir palestras sobre o tema e para escrever artigos doutrinários, o que fazem voluntariamente", diz trecho do texto, que se encerra lembrando que "A missão de um verdadeiro empreendedor vai muito além do enriquecimento. Sua responsabilidade é ajudar na construção de um mundo mais humano".

Congresso em Natal aborda saúde e segurança no trabalho

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou nos dias 12 e 13 de agosto do "Congresso Estadual sobre Saúde e Segurança no Trabalho: A Organização do Trabalho e os Efeitos Sobre a Saúde do Trabalhador", promovido pela Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região (RN).

Azevedo Lima destacou a relevância dos temas discutidos nos dois dias de Congresso, "todos eles voltados para a temática da saúde, da segurança e do meio ambiente do trabalho, contribuindo, inegavelmente, para a modificação da lamentável realidade diante da qual nos deparamos atualmente, com um número cada vez mais expressivo de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas ao trabalho".

Foto: Ascom/PRT-RN

Vice-presidente representou a ANPT no congresso

O vice-presidente da ANPT também destacou a significativa participação de procuradores, juízes e auditores do Trabalho, além de técnicos e engenheiros em segurança do trabalho, integrantes de CIPA's, dirigentes sindicais e gestores de recursos humanos e outros profissionais da área. A ANPT sorteou hospedagem para garantir a participação de seus associados no evento.

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo é tema de seminário em São Paulo

Foi realizado, no dia 1º de setembro, o III Seminário do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em São Paulo. O objetivo do evento foi apresentar os avanços obtidos nos cinco anos de existência do pacto e discutir os desafios que ainda existem para erradicar do país esse crime contra os direitos humanos. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião.

O seminário, que ganhou caráter internacional nesta edição, contou com a participação da procuradora do Trabalho e vice-coordenadora da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) do MPT, Paula de Ávila Nunes, da diretora do Escritório no Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Laís Abramo, da coordenadora dos Programas de Ação Especial de Combate ao Trabalho Forçado da OIT em Genebra, Caroline O'Reilly, do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique, do vice-presidente do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi, e do coordenador da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto. Representantes de organizações dos Estados Unidos e da Europa também estiveram presentes.

Reunião da Conap tem participação do vice-presidente da ANPT

A ANPT foi representada, no dia 09 de agosto, na abertura da reunião da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap), pelo seu vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima. Em seu discurso, Azevedo Lima fez um breve relato do trabalho da entidade em defesa da atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) na área.

O vice-presidente destacou ainda o pedido feito pela Associação para participar como *amicus curiae* do julgamento da ADI 3395, aceito pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo da ANPT é demonstrar o quanto a interpretação que o STF vem dando à legislação tem restringido cada vez mais a atuação do MPT na defesa da legalidade nas relações de trabalho estabelecidas na administração pública.

Azevedo Lima lembrou também a Nota Pública divulgada pela ANPT em junho de 2010, quando o Ministério Público foi acusado de inércia diante da criação de 35 mil cargos públicos preenchidos sem a realização de concurso no estado do Tocantins. A nota da ANPT destaca as ações civis públicas ajuizadas pelo MPT, naquele Estado, antes mesmo da edição da Lei, diante da prática da contratação sem concurso, comum à administração local, lamentando que tais ações tenham tido suas tramitações suspensas por decisões do próprio STF.

ENTREVISTA

Auditora-fiscal do Trabalho discute banimento do amianto no Brasil

Foto: Luiz Akai

A auditora-fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego em São Paulo e Coordenadora da Rede Virtual Cidadã pelo Banimento do Amianto na América Latina, Fernanda Giannasi, é uma das principais autoridades na luta pelo banimento do amianto no Brasil. Logo após o Seminário Internacional "Amianto e seus males: uma abordagem sócio-jurídica", promovido pela ANPT, a auditora concedeu entrevista ao Informativo ANPT. Confira.

A discussão sobre a proibição da fibra do amianto no Brasil já vem de alguns anos. Quais os entraves dessa luta?

O principal é a falta de vontade política para se decretar o fim da extração mineral, produção de artefatos, comercialização, importação, exportação e a utilização da fibra cancerígena em nosso país. Os interesses que estão por trás desta "falta de vontade política" são prevalentemente econômicos, em detrimento da vida, da saúde e da dignidade da pessoa humana.

Que avaliação deve-se fazer sobre o amianto nos dias de hoje? O que falta para conseguir a aprovação do seu banimento?

O amianto está, a nível planetário, em seus estertores, isto é, não há mais como se justificar a manutenção desta produção perigosa, suja, decadente e nociva à saúde humana por mais tempo. Não tem mais como se adiar esta decisão de proibir a utilização de um produto consabidamente letal, considerando que já há substitutos mais seguros para todas as suas utilizações social, técnica e ambientalmente justificáveis. As nações desenvolvidas, em quase sua maioria, já proíbem o amianto sob todas as formas e usos. Falta, no Brasil, pressão de todos os segmentos engajados neste debate para que estas decisões políticas ocorram o mais rapidamente possível.

Como funciona a cadeia produtiva do amianto e como combatê-la?

A cadeia produtiva do amianto já foi muito mais complexa que hoje, pois há registros na literatura especializada de 3.000 utilizações atribuídas ao mineral cancerígeno. No cadastro que organizamos no Ministério do Trabalho e Emprego, desde 1991, no Estado de São Paulo, o que mais usou o amianto em todo o território nacional, tínhamos 166 empresas que declaravam usá-lo. Hoje as empresas autorizadas a manipular o mineral, proibido no território paulista pela Lei 12.684/2007, estão reduzidas a 4 (sendo 3 aterros industriais para lixo industrial perigoso e 1 empresa de remoção). Evidentemente que ainda há empresas que descumprem a Lei, protegidas por medidas liminares, mas são uma minoria e que se concentram em dois setores estratégicos e que garantem a sobrevida da exploração mineral e sua produção industrial: o fibrocimento (construção civil) e a exportação da matéria-prima *in natura*.

Há alguma discussão científica sobre o mal que a fibra pode fazer ao trabalhador que a manipula?

Não há mais dúvidas sobre a nocividade do amianto. Segundo a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC) da Organização Mundial da Saúde (OMS) "todos os tipos de amianto são cancerígenos para os seres humanos". São apontadas, segundo eles, evidências suficientes para confirmar que o amianto não só causa o câncer de pulmão e mesotelioma de pleura, peritônio e pericárdio, mas também provoca câncer de laringe e ovário. Recentemente, a OMS, por meio da Nota Técnica nº. 343 de julho de 2010, reviu suas estimativas e elevou para cerca de 125 milhões o número de pessoas no mundo que estão expostas ao amianto ocupacionalmente, ressaltando que mais de 107.000 pessoas morrem a cada ano de câncer de pulmão, mesotelioma e asbestose, resultante de exposição ocupacional, e que milhares de mortes anuais podem ser atribuídas à exposição doméstica ao amianto (não ocupacional).

A exposição a 2 fibras/cm3 de amianto - limite ainda adotado pela legislação trabalhista no Brasil, segundo o Instituto Norte-Americano de Segurança e Saúde Ocupacional (NIOSH), está associada a um excesso de 64 mortes por 1.000 trabalhadores expostos, ao longo de sua vida profissional, e que, mesmo abaixo do atual limite de 0,1 fibras/cm3 - adotado nos Estados Unidos, o mais rigoroso entre os países que ainda permitem o seu uso, estão associados um excesso de 5 mortes por câncer de pulmão, em cada 1.000 trabalhadores expostos durante sua vida laboral, e 2 mortes por 1.000, decorrentes de asbestose". Concluem, categoricamente, os pesquisadores do NIOSH que "mesmo com o limite de 0,1 fibras/cm3 pode ser claramente visto que o risco de morrer por câncer nem é zero, nem é muito próximo a ele".

Portanto, o meio mais eficiente para se eliminar as doenças causadas pelo amianto é proibir a sua extração, produção e utilização; medida esta, por sinal, de há muito esperada, completamente justificada e absolutamente necessária.

"Não há mais dúvidas sobre a nocividade do amianto"

Abadef premia Manoel Jorge e Silva Neto pela atuação no combate à discriminação no trabalho

O procurador regional do trabalho Manoel Jorge e Silva Neto foi agraciado com o troféu "Abadef Atuação - 30 anos lutando pela cidadania", concedido pela Associação Baiana de Deficientes Físicos. A referência é uma homenagem às personalidades que contribuem para um mundo do trabalho mais justo e igualitário, com plena participação das pessoas com deficiência (PcD). A solenidade foi realizada no dia 21 de setembro, no auditório do Quartel de Amaralina, e também premiou o governador da Bahia, Jaques Wagner, e o presidente da OAB/BA, Saul Quadros.

Manoel Jorge e Silva Neto foi presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) no biênio 1998/2000. Atualmente é coordenador do núcleo de Combate à Discriminação no Trabalho do MPT/BA, onde tem priorizado o cumprimento da obrigação prevista no artigo 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que obriga empresas com 100 ou mais empregados a preencherem de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

Foto: Ascom/PRT – BA

Manoel Jorge e Silva Neto com o troféu "Abadef Atuação"

Para tanto, defende iniciativas de reforço à capacitação profissional dos trabalhadores com deficiência, por vezes em parceria com entidades de comprovada atuação no combate à segregação e discriminação das PcDs, a exemplo da Abadef. Com projetos que estimulam a superação das dificuldades e desenvolvimento de potencialidades que facilitem a inclusão social, as associações representativas das PcDs coexistem como organizações sociais sem fins lucrativos, aptas a receberem doações.

Fonte: Ascom/PRT – BA

Livro aborda Direito Internacional do Trabalho e Direitos Humanos

Foi lançado esse ano a segunda edição do livro "Legislação de Direito Internacional do Trabalho e da Proteção Internacional dos Direitos Humanos", do procurador do Trabalho Gustavo Luís Teixeira das Chagas. A obra apresenta os principais documentos internacionais que protegem o trabalho digno e auxilia candidatos de concursos públicos tanto na preparação como na consulta no dia das provas escritas.

O autor do livro moldou a estrutura da obra às exigências dos editais para concursos públicos. Além disso, o livro conta também com a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994), as Convenções 96, 156, 175, 181 e 185 da OIT e, por fim, a Carta de Brasília.

Procurador do Trabalho é homenageado com título de cidadão Sergipano

Ascom/PRT – Sergipe

Mauricio Coentro Pais de Melo é Cidadão Sergipano

O procurador do Trabalho Maurício Coentro Pais de Melo, da Procuradoria Regional do Trabalho de Sergipe, recebeu no dia 30 de agosto o título de Cidadão Sergipano, concedido pela Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe. O líder da bancada do governo, deputado estadual Francisco Gualberto (PT), autor da propositura, lembrou a importância da justiça do trabalho para que "os trabalhadores sejam tratados como seres humanos e não como uma engrenagem para o capitalismo".

O deputado lembrou o significado da homenagem ao procurador do Trabalho. "Esta homenagem a Maurício Pais de Melo não é um ato de gentileza, mas sim de justiça, em função do papel que desempenha. O povo sergipano tem alguém que combate o trabalho escravo, que ainda existe em Sergipe e em muitos lugares do Brasil", explicou.

Em seu pronunciamento, Pais de Melo falou sobre o amor que sente pelo Brasil e sobre o título que recebeu. Lembrou também a função do Ministério Público, na defesa do cidadão. "Nunca esqueci que a função do Ministério Público é garantir ao cidadão a melhor qualidade de vida possível, como trabalho, saúde, educação, administração, conforto, segurança, dentre outras centenas de vertentes", observou o homenageado.

Com informações da Agência Alese